

O BRASIL E AS RELAÇÕES SUL-SUL: DESAFIOS PARA UMA ORDEM MULTIPOLAR

BRAZIL AND SOUTH-SOUTH RELATIONS: CHALLENGES FOR A MULTIPOLAR ORDER

Christiane Vieira Laidler[†]

Resumo: O presente artigo pretende fazer um balanço da política externa brasileira e das iniciativas de cooperação Sul-Sul desenvolvidas nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, considerando as transformações ocorridas no sistema internacional desde o fim da Guerra Fria e o projeto de construção de um sistema multipolar que permita a maior democratização e representatividade dos fóruns internacionais. Com base nessas premissas, pretende-se avaliar os significados da agenda de integração da América Latina e da associação dos BRICS em torno de interesses comuns.

Palavras-chave: Política externa brasileira. Cooperação Sul-Sul. Integração da América Latina.

Abstract: This article aims to balance the Brazilian foreign policy and South-South cooperation initiatives in the administrations of Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff, considering the changes occurring in the international system since the end of the Cold War and the construction of a multipolar system project that allows greater democracy and representation in international fora. Based on these assumptions we intend to evaluate the significance of the integration agenda in Latin America and the association of the BRICS around common interests.

Keywords: Brazilian foreign policy. South-South Cooperation. Integration of Latin America.

1 Introdução

Na última década, observamos uma sensível mudança política na América Latina, com a ascensão de governos populares no lugar dos liberais que haviam adotado a agenda supostamente modernizadora da desregulamentação nos anos 1990. O novo cenário produziu impactos na política externa de diversos países da região, permitindo o avanço de projetos de integração que historicamente fracassaram em razão, sobretudo, das relações bilaterais preferenciais e subordinadas com as potências do centro do capitalismo. Uma nova agenda se impôs na

[†] Professora de História Contemporânea da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ.

última década com vistas à formação de um bloco regional capaz de se relacionar nos fóruns internacionais com maior capacidade de negociação, fortalecendo, nesse sentido, as condições de um sistema internacional multipolar (GUIMARÃES, 2006). Essa virada corresponde a uma diferente visão de mundo e dos desafios dos países periféricos e das chamadas potências médias. Essas podem exercer grande influência no futuro da ordem global, de acordo com as opções geopolíticas que adotarem (KHANNA, 2008), aderindo ao fortalecimento de polos de poder que possam resistir ao unilateralismo dos Estados Unidos. De acordo com essa visão, a associação dependente da grande potência não representa a opção única de desenvolvimento, uma vez que é possível construir instrumentos de cooperação e complementaridade com polos de poder que buscam contrastar o poder econômico e geopolítico dos Estados Unidos, notadamente a Europa e a China. A estratégia é procurar se beneficiar da competitividade do sistema internacional, ainda em fase de reordenamento e de pouca estabilidade, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista econômico.

Depois da crise sistêmica desencadeada a partir dos anos 70 e 80 (ARRIGHI, 1996) – marcada por estagflação, aumento do preço internacional do petróleo, aumento das taxas de juros internacionais, explosão de dívidas de Estados e riscos permanentes de default – verificou-se o aprofundamento da assimetria entre os países industrializados e a chamada periferia do sistema capitalista. As dificuldades econômicas de países em desenvolvimento, como o Brasil, levaram-nos à dependência do socorro financeiro das instituições internacionais, notadamente do FMI. O Fundo impôs aos países uma agenda de reformas como condição para o aporte financeiro necessário aos pagamentos de créditos e juros. Esse processo de imposição de uma agenda econômica subtraiu dos Estados muito do poder que de fato podiam exercer, de sua capacidade de criar soluções políticas e econômicas para suas comunidades nacionais. A fragilidade do poder e a soberania muito limitada se materializaram na incapacidade de atuação unilateral desses Estados e na vulnerabilidade diante de choques externos. A fraqueza evidente não é resultado apenas de fatores domésticos, mas da combinação destes – em sociedades tradicionalmente vinculadas ao mercado mundial de forma subordinada – e da estrutura de concentração de poder no sistema internacional. A cooperação entre eles num cenário de disputa onde surgem novos polos de poder é uma estratégia adotada por algumas lideranças políticas da América Latina hoje.

Depois das graves crises econômicas que se seguiram aos desequilíbrios advindos da abertura de mercados e da desregulamentação, diversos governos de esquerda, eleitos democraticamente na América Latina, trabalharam para a construção de um processo de integração capaz de fortalecer a região no sentido de torná-la um ator dotado de poder político nas negociações internacionais. Nesse processo, foi possível perceber tanto as dificuldades da cooperação quanto os seus benefícios. Estes podem ser verificados com a diminuição dos custos da interdependência econômica própria do atual mercado globalizado. A institucionalização das relações por meio do Mercosul e da UNASUL tem permitido uma plataforma de diálogo e monitoramento permanente, com equidade de acesso a informações e de participação de todos os membros, de forma que interesses nacionais possam adequar-se aos objetivos regionais, diminuindo as tensões entre aqueles e os objetivos comuns de interesse estratégico.

Este artigo tem o objetivo de explorar as transformações ocorridas nas últimas décadas no cenário internacional, no sentido da construção de um mundo multipolar, e as visões de mundo que informaram a mudança de agenda da política externa no Brasil, a partir do discurso de ideólogos e diplomatas que estiveram na gestão do Ministério das Relações Exteriores e do Itamaraty nos governos Lula e Dilma. Trata-se de um esforço de analisar a relação entre a existência de um pensamento contra-hegemônico e as condições que permitiram a sua ascensão, apesar da predominância do consenso neoliberal em parte da academia e na grande imprensa, mesmo após os fracassos acumulados das reformas liberalizantes da última década do século XX. Busca-se compreender a disputa política em torno de projetos estratégicos consolidados por meio de discursos racionais, e as condições que permitiram a mudança nas relações de força e na agenda da política externa. O fundamento dessa análise é a opção por uma agenda relacionada ao campo de estudos da História das Relações Internacionais, supondo que o estudo científico do sistema internacional é necessariamente o estudo da história de vínculos e relações em permanente movimento, com ajustes e construções relacionados a múltiplas variáveis impossíveis de serem estabelecidas e explicadas pelas grandes teorias ou por modelos construídos a partir de dados que nunca se repetirão tal e qual os originais (DUROSELLE, 2000).

2 Após a Guerra Fria: império ou um mundo multipolar?

Após a Segunda Guerra Mundial, a ordem mundial forjada pelos vencedores foi de caráter bipolar. Havia dois grandes vitoriosos daquele que foi o conflito mais mortífero, traumático e generalizado da história: de um lado, os Estados Unidos; de outro, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Ambos podiam ser considerados como nações revolucionárias, no sentido de ostentarem a experiência de terem construído, por meio de rupturas, ordenamentos sociais absolutamente originais, baseados em planos nascidos da crítica racional da ordem anterior. Nesse sentido, portavam não apenas o capital político da vitória militar, mas também uma ideologia reafirmada como valor absoluto. Durante a guerra, depois das primeiras vitórias soviéticas sobre o nazismo, as duas potências acordaram a divisão de áreas de influência após o fim do conflito. As negociações de Teerã (1943) e Potsdam (1945) diziam respeito especificamente à divisão de áreas retomadas da Alemanha nazista (CHURCHILL, 1995).

Além das áreas de influência, as potências da aliança vitoriosa estabeleceram novos mecanismos institucionais para a preservação da paz e da estabilidade das relações econômicas. Na prática, seriam a garantia de um congelamento do *status quo* pós-guerra. A criação da Organização das Nações Unidas, em 1945, visou a estabelecer uma instância multilateral de representação e diálogo entre as nações com o objetivo de preservar a paz. O Conselho de Segurança, cuja atribuição foi a de estabelecer resoluções sobre a paz e a segurança, tornou-se o principal mecanismo de poder mundial. É, desde então, a instância na qual os Estados com cadeira permanente – Estados Unidos, URSS, Reino Unido, França e China – têm o poder de veto sobre quaisquer deliberações e resoluções, o que lhes garante uma posição privilegiada no sistema de nações. São os únicos Estados com capacidade de decisão para a proteção de seus interesses, incluindo a determinação de impedir uma reforma do próprio Conselho de Segurança.

Essa estrutura assimétrica se mantém, sem alterações, setenta anos depois.

Para monitorar os sistemas financeiros nacionais, com o objetivo de garantir a plena realização dos fluxos comerciais e negócios com estabilidade, evitando crises como a que ocorreu em 1929, foram criados o FMI e o Banco Mundial, instituições de vigilância e estabilização que se tornaram importantes mecanismos de intervenção na ordem econômica dos Estados.

A dinâmica da ordem bipolar foi a da chamada Guerra Fria. Duas grandes potências nucleares capazes de promover a destruição do mundo jogaram um delicado jogo de poder mantendo preservadas suas áreas de influência por meio de imensos investimentos militares, intervenções localizadas e uma batalha ideológica que dividia o mundo.¹ Nesse cenário, o Congresso norte-americano não tinha dificuldades em aprovar orçamentos militares que garantiam a presença de suas tropas em bases espalhadas pelo globo.

Numa tentativa de afirmar sua soberania, o pacifismo, os direitos humanos e a condenação de todas as formas do imperialismo, 29 países da África e da Ásia reuniram-se em 1955 na Conferência de Bandung, iniciando um movimento de não alinhamento e de cooperação. A cooperação e a unidade, entretanto, foram muito prejudicadas pelas necessidades econômicas e interesses divergentes, sobretudo depois das crises do petróleo, que deixaram as economias subdesenvolvidas absolutamente vulneráveis e transformaram alguns pequenos Estados em “supermilionários em escala mundial” (HOBSBAWM, 1995, p. 353). A maioria do chamado Terceiro Mundo foi atingida pela crise da dívida que se aprofundou nos anos 1980 como consequência do aumento das taxas internacionais de juros em patamares extorsivos. Verificou-se uma transferência de recursos da periferia para o centro do sistema financeiro e o aumento da vulnerabilidade externa e da dependência dos países subdesenvolvidos em relação ao FMI e ao Banco Mundial (LAIDLER, 2006). Apesar de todas essas dificuldades, o MPNA foi uma afirmação dos países do Terceiro Mundo, muitos recém-independentes, contra a ordem bipolar, as assimetrias do sistema internacional e todas as formas de imperialismo e ativou o associativismo dos países da periferia, os chamados subdesenvolvidos. As principais críticas desses países dirigiam-se ao modelo de desenvolvimento do capitalismo, suas regras injustas e distorções que impediam efetivamente o avanço dos subdesenvolvidos (KOCHER, 2011).

A queda do Muro de Berlim, em 1989, e a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1991, marcaram não apenas o fim da ordem bipolar, mas o que podia ser compreendido como o fracasso econômico e político da experiência soviética. O polo contrário à ordem injusta do capitalismo deixou de existir e as antigas repúblicas socialistas tiveram suas estruturas produtivas liquidadas para o grande capital e para as novas oligarquias

¹ As interpretações sobre a Guerra Fria refletem a disputa ideológica verificada durante o período. John Lewis Gaddis afirma que os Estados Unidos se deram conta de que haviam vencido apenas parcialmente o inimigo, pois o autoritarismo permanecia. Sua análise aponta iniciativas expansionistas de Stálin como a origem do conflito bipolar. De outro lado, Eric Hobsbawm afirma que Stálin abandonou a perspectiva da revolução mundial e se manteve dentro dos limites acordados no final do conflito, mesmo porque a URSS tinha exaurido seus recursos e não tinha capacidade para a continuação da guerra. A neutralidade da URSS em relação aos conflitos na Coreia e na China corrobora a visão do último. Também a narrativa de Churchill mostra que os países da “cortina de ferro” são as regiões que foram estabelecidas ainda em Teerã. Caberia à URSS varrer os nazistas do Leste europeu, e assim se deu com os Estados Unidos entrando na Europa apenas quando o exército alemão já estava virtualmente derrotado. Ver *História da Guerra Fria*, de Gaddis (2003) e *A era dos extremos*, cap. 8 (“Guerra Fria”), de Hobsbawm (1995).

burocráticas que enriqueceram no contexto das transações. A esse processo avassalador os americanos chamaram globalização. Não havia mais barreiras ao capital (CHESNAIS, 1999). As instituições internacionais não foram atualizadas e continuaram servindo à hegemonia do condomínio das grandes nações capitalistas, sem contraponto. As instituições de Bretton Woods – o FMI e o Banco Mundial –, que funcionam sob o controle das grandes potências, passaram a comandar a agenda liberalizante por meio de condicionalidades exigidas em operações de socorro e financiamento, e as negociações da OMC ganharam centralidade. Os avanços obtidos no âmbito da UNCTAD nos anos 1960 e 1970, com a afirmação de tarifas preferenciais para os países em desenvolvimento no sistema do GATT, também foram enterrados (ALMEIDA, 2002). Para o MPNA, a consequência foi a derrota do projeto de desenvolvimento mediado pela ação coletiva. Mas a agenda do Terceiro Mundismo seria atualizada e retomada após as graves crises do modelo que se estabeleceu.

A derrota do projeto socialista encarnado na URSS e a desestruturação do campo de poder soviético criaram aquela circunstância em que um novo ordenamento deve ser criado, os espaços de poder são disputados e ocupados, num processo amplamente sustentado em novos discursos que consolidam ideais e projetos sobre o que deve ser a nova ordem. As ideias e concepções não apenas sistematizam projetos, mas justificam e legitimam seus objetivos e passam a modelar o discurso e, num nível mais profundo, as concepções do mundo.

O conceito de “fim da história” de Francis Fukuyama, segundo o qual a democracia liberal seria o estágio mais avançado do homem civilizado, funcionou como uma estrutura de pensamento que legitimava a ordem liberal como o ponto de chegada da história humana. Essa retórica era a afirmação da superioridade do modelo criado e defendido pelos Estados Unidos, agora comprovada pelo fracasso da alternativa representada pelo socialismo realmente existente, incapaz de promover desenvolvimento e liberdade. O desprestígio do Estado planejador e interventor serviu aos propósitos de uma nova ordem imperial unipolar desejada pelos Estados Unidos e seus aliados, permitindo a abertura das economias ex-socialistas e de demais regiões periféricas às megaempresas multinacionais (GUIMARÃES, 2006, CHESNAIS, 1999).

E enquanto as fronteiras anteriormente protegidas pela “cortina de ferro” se abriam para o capital das megaempresas, outro discurso procurava dar à chamada “nova ordem mundial” um caráter de unidade – o da globalização. Se é verdadeiro que as diversas economias do mundo estavam cada vez mais interdependentes, as representações ideológicas deste fato escondiam contradições e as assimetrias entre as economias nacionais. O “fim da história” era mais um argumento retórico a fim de buscar um consenso sobre a perfectibilidade e imutabilidade das instituições democráticas e do mercado do que propriamente um fato. Sustentada pela hegemonia do pensamento neoliberal, a chamada globalização rompeu barreiras, conectou o mundo, reestruturou processos de produção e distribuição de riquezas, ampliou a circulação de bens e investimentos, desterritorializou a produção e assumiu formas voláteis de alocação de recursos financeiros, permitindo altíssima rotatividade e volatilidade de ativos e aplicações financeiras. Todo esse processo gerou instabilidade, insegurança, crises políticas e a diminuição do poder dos Estados frente aos movimentos do capital. A década de 1990 foi marcada por profundas crises que evidenciaram a vulnerabilidade das economias nacionais diante de processos

de desregulamentação. Os casos mais dramáticos foram as crises do México, em 1994; da Rússia, em 1997; a crise brasileira, em 1998; e da Argentina, em 2001. As promessas de que as economias tornar-se-iam competitivas depois dos ajustes e da maturação de seus potenciais, livres de entraves e atrasos impostos por Estados interventores, já não podiam ser sustentadas sem enfrentar grande oposição nos países do Sul. Suas economias em desenvolvimento não podiam competir com as economias de maior avanço tecnológico e industrial. Quando esgotado o recurso das privatizações, que permitiu a entrada de algum capital, o déficit em conta corrente tornou-se insustentável e o endividamento deixou os Estados à mercê das condicionalidades impostas pelo FMI para a liberação de fundos de socorro que serviam para o pagamento do mercado financeiro. As privatizações avolumaram a saída de recursos com as remessas de empresas então internacionalizadas para as suas matrizes.

Nesse cenário, ascenderam governos de esquerda na América Latina e o nacionalista estatista Vladimir Putin, na Rússia.² A integração latino-americana ganhou força e seu caráter político e estratégico se sobrepôs aos aspectos puramente comerciais que animaram o Mercosul na década de 1990 (GONÇALVES, 2011; LEITE, 2011).

Antes mesmo das crises que inauguraram um período de dissidências do modelo neoliberal, os Estados Unidos tiveram que lidar com a consolidação da União Europeia e com a progressiva ascensão da China como blocos de poder no sistema internacional. Na primeira década do século XXI, esses três blocos se configuraram como impérios comerciais em disputa (FERGUSON, 2011; KHANNA, 2008). Abrigam corporações globais que controlam cadeias mundiais de produção e distribuição de bens e estão sediadas em diversas regiões, muitas vezes dentro de áreas dos outros impérios. Em tese, sua prosperidade depende da força e do crescimento dos competidores. Isso significa que a expansão das megaempresas estadunidenses nos últimos 35 anos se tornou muito mais dependente de recursos e mercados externos e tem ficado mais exposta à competição (ARRIGHI, 2001). O fato incontornável é que a coexistência de múltiplos impérios é razão de intensa competição, quando não de conflito. Nesse cenário, cresce em importância o papel das grandes economias em desenvolvimento, como o Brasil e a Índia ou a Rússia, com a retomada econômica. Acordos comerciais e de cooperação com esses países podem fazer pender a balança em benefício de um dos polos de poder (KHANNA, 2008).

Foi apostando no multilateralismo ou na multipolarização do sistema internacional que a política externa brasileira foi conduzida nos anos dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Roussef. Nesse período, houve uma visível reorientação dos objetivos e fundamentos da política externa brasileira, considerando a agenda de orientação neoliberal do período que se estendeu do governo Collor ao final do período dos governos de Fernando Henrique Cardoso. Nos anos 90, a política externa adaptou-se aos programas da abertura de mercados, desregulamentação financeira e privatizações que modernizariam a economia nacional

² Na Rússia, Putin assumiu a presidência interinamente em 1999 após a renúncia de Boris Iéltsin, sendo eleito em 2000. Na Argentina, o presidente Fernando de La Rúa, eleito como representante de oposição ao governo liberalizante de uma década de Carlos Menem, nada pode fazer contra a crise, e renunciou em circunstâncias tão graves que o país teve cinco presidentes entre o dia 20 de dezembro de 2001 e o dia 1 de janeiro de 2002. No Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores, derrotado nas três eleições anteriores, venceu o pleito de 2002.

e a tornariam mais competitiva. Como a ausência de poupança nacional e de tecnologia avançada faziam de países como o Brasil vulneráveis economicamente e nada competitivos, era preciso garantir a aproximação preferencial com as grandes potências industriais que poderiam suprir a necessidade de mercados de exportação, de investimentos e financiamentos. Nesse sentido, os parceiros mais importantes eram os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão (WILLIAMS, 2011). Essa orientação neoliberal mostrou seu esgotamento já a partir do fim do segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, após a crise cambial de 1999. Naquele contexto, ficou evidente a vulnerabilidade externa do país. Cresceu no Brasil, por parte de empresários, diplomatas e políticos, a crítica às assimetrias do processo de globalização (SILVA, 2010).

3 Formulações para uma nova agenda de política externa

A reorientação da política externa brasileira foi afirmada no discurso de posse do presidente Lula. O Brasil, como uma nação soberana, precisava ser consciente de sua importância no cenário internacional e ter uma política externa a serviço do desenvolvimento nacional (LEITE, 2011). Os principais instrumentos para o desenvolvimento seriam a busca de parceiros comerciais e de investimentos produtivos, a capacitação tecnológica, as negociações comerciais que levassem em conta as barreiras impostas e os subsídios de diversos países aos produtos agrícolas, em prejuízo de nossos setores exportadores mais dinâmicos. O discurso destacou a prioridade do fortalecimento das relações dos países da América do Sul e do Mercosul. Este estava enfraquecido pela crise dos seus membros e por visões estreitas quanto à importância estratégica de seu fortalecimento. A afirmação do presidente considerava a integração regional e o fortalecimento do Mercosul como projeto estratégico. Embora alicerçado em relações econômicas e comerciais, tratava-se de uma opção política (SILVA, 2003).

Do discurso às ações, foi notável a diversificação das relações que o Brasil estabeleceu, criando alternativas para a dependência excessiva em relação ao comércio e aos investimentos norte-americanos. A agenda de fortalecimento do Mercosul adotada nos últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso, em razão da crise de 1999, foi mantida e uma série de iniciativas de aproximação a demais regiões e países do Sul foi implementada. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em balanço feito sobre os primeiros cem dias de governo, afirmou as diretrizes principais da agenda de política externa nacional em quatro eixos: a América do Sul, o multilateralismo na construção da paz, uma agenda comercial afirmativa e parcerias diversificadas com países desenvolvidos e em desenvolvimento (SILVA, 2011).

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve relações de aproximação com Estados Unidos, bem como as negociações em curso com a UE e junto à OMC. Mas a aposta no multilateralismo e na possibilidade de alterações na estrutura da distribuição do poder no sistema internacional, com o fortalecimento de blocos liderados por países emergentes, levou à priorização do Mercosul, que deveria ser, além de uma área de livre comércio, o embrião de um bloco de poder capaz de ter voz e influência em negociações internacionais. Uma importante inflexão nesse sentido foi a suspensão das negociações em torno do estabelecimento da ALCA pelos países do Mercosul, na Cúpula de Mar Del Plata, em 2005. O bloco adotou uma nova

postura, exigindo condições, como o fim dos subsídios agrícolas nos Estados Unidos para a retomada das negociações.

Secretário-geral da pasta das Relações Exteriores e ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) durante o governo Lula, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães pode ser considerado um dos principais estrategistas da diplomacia brasileira a partir de 2003. O presidente Lula escolheu para o comando da política externa, entre os quadros profissionais do Itamaraty, aqueles representantes de um projeto nacionalista, ligados às tradições da Política Externa Independente (PEI) da década de 1960. Crítico da política externa norte-americana e favorável a estratégias geopolíticas que visem a alterações das relações de poder no mundo, Guimarães é autor de dois importantes ensaios – *Quinhentos anos de periferia e Desafios brasileiros na era dos gigantes* – compreendendo uma visão do sistema internacional que preconiza a necessidade de alternativas de política externa no sentido do fortalecimento de um arranjo multipolar. Nesse sentido, a análise de seu pensamento contribui para a compreensão das opções adotadas pelo governo brasileiro desde 2003.

A estrutura de concentração de poder do Brasil reproduz-se alicerçada na persistente desigualdade social, na violência e na desmobilização da massa de trabalhadores. Há muitos instrumentos que atuam para a manutenção dessa ordem, como a difusão de visões de mundo individualistas e fatalistas, a violência do Estado e a influência do poder econômico no processo eleitoral. Embora a violência seja a forma preferencial de relacionamento do poder com a massa da população, somente a convicção interior (daí a importância das ideologias) pode manter um sistema tão desigual. A naturalização das desigualdades, a desqualificação da política e do intervencionismo estatal por parte dos meios de comunicação, ampliando o individualismo e o consumismo, e ainda a proliferação de seitas que contribuem para a persistência da aceitação das injustiças e a canalização de esforços para a “salvação” individual são instrumentos de permanente despolitização. Além deles, há o caráter racial das ideologias, que estabelece a superioridade dos brancos para o exercício do poder e a concentração de riqueza, que não são atribuídos à violência, mas a vantagens raciais dos grupos brancos.

As disparidades internas apontadas são indissociáveis das vulnerabilidades externas traduzidas em nossa incapacidade de gerar tecnologia e de superar a função de exportador de produtos primários – histórico da visão liberal desde a independência e de seu corolário das vantagens comparativas, dando ao Brasil destaque apenas na produção agrícola, dadas as vantagens do solo, a extensão territorial e o clima. As relações econômicas no mundo pós-globalização fortalecem as estruturas de concentração de poder, o império americano e suas visões de mundo. A agenda “moderna” desejada para o exercício da hegemonia unipolar norte-americana reuniria

os direitos humanos, o narcotráfico, o terrorismo e a consolidação de uma ordem jurídica internacional que removesse os obstáculos aos fluxos de bens e de capitais de forma a garantir o funcionamento e a expansão da nova economia global, benéfica, próspera e imparcial. A igualdade soberana dos Estados, a não-intervenção e a autodeterminação passam a ser para a *diplomacia moderna* conceitos relativos e flexíveis (GUIMARÃES; 2006, p. 63).

Guimarães afirma que a agenda de direitos humanos e de atenuação das desigualdades e da violência não pode ser enfrentada sem que suas verdadeiras origens e causas sejam compreendidas. No Brasil, existe uma macroestrutura hegemônica de poder, que mantém as profundas desigualdades sociais e se mantém por meio da coerção legal e física e da persuasão do Estado, que distribui créditos e cargos. A interpretação do mundo do grupo que está no poder se torna predominante e incontestável na medida em que consegue controlar os meios de comunicação, obtém apoio ou tolerância da periferia e o aval das estruturas hegemônicas de poder mundial.

Existe uma disputa entre grupos que desejam construir projetos de desconcentração de poder e aqueles representantes dos grupos tradicionais. Estes articulam estruturas tecnocráticas com visão liberal, sem vinculação com o processo político, na formulação e controle de políticas públicas, impondo o monetarismo e o controle rígido da inflação sem pensar no emprego e no desenvolvimento da infraestrutura. A agenda necessária ao Brasil reúne a redução das desigualdades sociais, a eliminação das vulnerabilidades externas, o desenvolvimento do potencial brasileiro e a consolidação da democracia (GUIMARÃES, 2006).

A agenda apontada por Guimarães, portanto, é identificada ao projeto contra-hegemônico de poder, na medida em que prevê o desenvolvimento econômico e social em sentido amplo, a soberania do país e transformação das estruturas de concentração do poder. De acordo com a sua perspectiva, tanto o desenvolvimento tecnológico e industrial quanto a desconcentração do poder dependem de políticas públicas e, portanto, da ação coletiva, que somente pode ser levada a cabo por meio dos instrumentos do Estado. A agenda neoliberal restringe os instrumentos disponíveis e, de acordo com os resultados que podem ser observados, contribui para a transferência de recursos da periferia para o centro do sistema, ampliando as estruturas oligopolistas tanto na economia quanto na política. No Brasil, a desregulamentação privilegiou o capital estrangeiro, a abertura comercial foi imprudente, o câmbio foi valorizado e os juros se mantiveram altos em razão da crescente necessidade de capitais externos. O resultado foi o aumento da vulnerabilidade externa, baixo crescimento, desemprego e inquietação política e social. Guimarães observa o aumento do superávit comercial a partir de 2003, mas não vê razões para comemorar, uma vez que se trata de um efeito do aumento dos preços dos produtos primários no mercado internacional. Em síntese, o processo de globalização é excludente e assimétrico e produz impactos negativos de largo alcance, como a subordinação econômica e política, em prejuízo da soberania (GUIMARÃES, 2006).

Os desafios para o desenvolvimento do Brasil são enormes, pois o país apresenta índices alarmantes de desigualdade e pobreza, beirando a ameaça ao convívio social, e não tem políticas visando à integração de mão de obra ao sistema produtivo, que ainda se caracteriza pela baixa inovação e dependência de importações de bens e tecnologias, exigindo um esforço crescente de exportações de *commodities* que, por isso, têm seus preços aviltados. Esse cenário exige política comercial e tarifária seletiva, política tecnológica e industrial e planejamento estratégico. A opção pelo capital estrangeiro e pela importação de tecnologia não muda a posição subordinada do país seja pela remessa de lucros e pela compensação dos baixos lucros das matrizes nas periferias, seja pela real inexistência de transferência tecnológica inovadora (aquela protegida que

garante os maiores lucros). Nesse sentido, as negociações então em curso no âmbito hemisférico (ALCA)³ e na OMC deveriam ser extremamente cautelosas.

As negociações multilaterais na OMC, hemisféricas da Alca e inter-regionais com a União Europeia, do ângulo dos seus promotores – países altamente desenvolvidos –, visam a desregular (e consolidar juridicamente essa desregulamentação) as atividades econômicas na periferia com o objetivo de impedir que os grandes Estados periféricos executem políticas ativas de desenvolvimento. Essas negociações constituem apenas uma vertente de uma ampla estratégia desenvolvida pelos Estados Unidos, em vários níveis – multilateral/bilateral/unilateral –, em seu esforço de organização da economia mundial, permanecendo em seu centro, com os privilégios que lhe confere sua liderança das estruturas hegemônicas de poder (GUIMARÃES, 2006, p. 173).

A estrutura do sistema é oligárquica, com extraordinária concentração do poder econômico, tecnológico, político, militar e ideológico, o que pode ser percebido no âmbito da ONU pela “desaparição” da Assembleia Geral e a concentração de poder no Conselho de Segurança (GUIMARÃES, 2006, p. 251). No campo militar, a concentração se verifica pela consolidação e congelamento dos privilégios das grandes potências para deter e desenvolver armas de destruição em massa, enquanto promovem o desarmamento dos países da periferia. O financiamento militar tem importante papel no desenvolvimento tecnológico e precisa ser justificado pela existência de permanentes ameaças. Além disso, constitui amplo subsídio à indústria nos Estados Unidos, sem que possa ser contestado na OMC. Com o fim da Guerra Fria, o orçamento militar norte-americano passou a ser justificado no Congresso daquele país por meio da busca de novos inimigos, como o narcotráfico, os Estados renegados, o fundamentalismo e o choque de civilizações e, depois dos ataques de 11 de setembro, o terrorismo, inimigo que apresenta a vantagem de ser difuso e de difícil demarcação (GUIMARÃES, 2006).

O sistema das Nações Unidas, cujo núcleo é o Conselho de Segurança, com seu braço armado informal, a OTAN, as agências econômicas (FMI, Banco Mundial, OMC), sob o controle das grandes potências, e o regime do TNP conformam a estrutura da governança mundial; são os mecanismos de disciplina e normatização de toda a ordem global, gerenciando crises econômicas e políticas e administrando informalmente diversos países.

Nesse cenário, cabe ao Brasil, em conjunto com a América do Sul, buscar uma posição de maior relevância no sistema internacional com o objetivo de influir num desejável processo de reordenamento, especialmente na reforma do núcleo da governança global, o Conselho de Segurança. Essa opção é necessariamente de enfrentamento e estratégia, uma vez que, na perspectiva de Guimarães, o sistema é altamente competitivo e conflituoso, mas, por isso mesmo, é imprescindível e possível buscar a cooperação com países em desenvolvimento em

³ As negociações da ALCA foram suspensas pelos países do Mercosul em 2005, na 4ª Cúpula das Américas, realizada em Mar Del Plata. Dos 34 países reunidos, os 4 do Mercosul e a Venezuela rejeitaram a implementação do cronograma e decidiram esperar as negociações da OMC. O impasse resultou no abandono do projeto desde então, e os Estados Unidos passaram a negociar unicamente acordos bilaterais, os TLCs (Tratados de Livre Comércio).

torno de interesses comuns. Há dois eixos igualmente importantes em que se deve trabalhar incessantemente para a emergência de um sistema multipolar no qual a América do Sul constitua um dos polos. O primeiro é o fortalecimento da América do Sul, por meio da articulação de um bloco econômico e político, com mecanismos de compensação que visem à redução da desigualdade entre os membros, “a partir de um Mercosul reformulado, e em coordenação essencial com a Argentina e a Venezuela”. O segundo, a aproximação política e econômica com os grandes Estados periféricos que têm interesse em promover a multipolaridade do sistema mundial (GUIMARÃES, 2006, p. 294).

Essa visão geral dos mecanismos globais de poder e das necessidades do Brasil para superar suas vulnerabilidades externas e desenvolver suas potencialidades de forma autônoma pode ser amplamente reconhecida na opção do governo Lula pela diversificação das relações internacionais, pelo fortalecimento do Mercosul e da integração da América Latina, como se verá na próxima seção.

Os fundamentos norteadores da política externa do governo Lula tiveram continuidade durante o governo Dilma Roussef. A aposta no fortalecimento da multipolarização do sistema foi reafirmada, mantendo-se a agenda das relações Sul-Sul, com destaque para a priorização da UNASUL e da consolidação da parceria dos BRICS. De acordo com o ministro Antonio Patriota, o Brasil atuou pela conformação de um mundo multipolar sustentado na cooperação e na legitimidade. Para tanto, o sistema de governança global precisaria se democratizar a fim de que a maioria dos países se sentisse representada e para que servisse de instrumento de desenvolvimento para os povos menos privilegiados (PATRIOTA, 2013).

Embora alguns observadores apontem um declínio do processo de inserção do Brasil no sistema internacional durante o governo Dilma Roussef (CERVO; LESSA, 2014), e, a despeito de uma diplomacia presidencial menos ativa do que a do presidente Lula, os avanços na integração da América do Sul e na parceria dos BRICS são inegáveis e de fundamental importância para a continuidade da estratégia de desenvolvimento soberano e de ampliação do poder regional no sistema de nações.

4 A cooperação Sul-Sul: novos horizontes e desafios do Brasil no século XXI

Os governos Lula e Dilma Roussef foram marcados pelo objetivo de contribuir para a construção de um sistema internacional multipolar. Nesse sentido, buscaram organizar e fortalecer o bloco sul-americano e aliar-se a nações emergentes.

O fortalecimento do Mercosul implicou extraordinário empenho e determinação, pois o bloco havia sido desacreditado em razão das crises de seus principais membros. A maxidesvalorização do real em 1999 gerou insegurança e controvérsias comerciais por parte dos parceiros. Em seguida, em 2001, veio a crise da Argentina, seguida por grave recessão e suspensão dos pagamentos de dívidas (LEITE, 2011). Quando da chegada de Lula ao governo, o bloco era um espectro, nada mais. A associação que havia sido concebida primordialmente como espaço econômico e comercial ganhou importância por seu caráter político, o que significou um esforço

de compatibilização de projetos estratégicos. Nas cúpulas dos primeiros anos do mandato do presidente Lula, o Brasil propôs o programa da união aduaneira e do Parlamento do Mercosul. Além disso, estabeleceram-se acordos comerciais do Mercosul com os países da Comunidade Andina, aproximando os dois blocos. A Venezuela foi admitida ao bloco, inicialmente como membro associado, mas em negociações para que se tornasse um membro pleno, situação que seria confirmada em 2012.

Foi perceptível o fortalecimento do bloco e a determinação de lhe conferir densidade econômica e política. Em Cuzco, em 2004, em reunião dos presidentes da América do Sul, foi criada a Comunidade Sul-Americana de Nações, CASA, que, em 2007, receberia o nome de União das Nações Sul-Americanas, UNASUL. Essas iniciativas de integração criaram condições para a maximização dos interesses comuns dos países da região, sem a presença e os projetos norteadores da superpotência hemisférica. A evolução do processo tem se dado por meio da institucionalização das relações do bloco regional, permitindo o diálogo permanente, a avaliação dos interesses, o monitoramento de informações e, portanto, uma integração efetiva em nome dos objetivos comuns. Ainda em 2005, as negociações da ALCA foram suspensas por decisão dos países do Mercosul e da Venezuela, convictos de que o livre comércio nas Américas seria desastroso para as economias do sul que não tinham vantagens competitivas em relação aos Estados Unidos a não ser nos setores agrícolas, amplamente protegidos por meios não tarifários naquele país.

Além da agenda de integração regional, o Brasil buscou parcerias na África, no Oriente Médio e com grandes países em desenvolvimento, como China, Índia, Rússia e África do Sul. Com a Índia e a África do Sul, por meio de um concerto específico, o IBAS, cuja primeira reunião se deu em Brasília, em 2003, além da cooperação tecnológica, em programas na área de saúde e militar, há acordo em relação à necessidade de democratização das relações internacionais, especialmente em relação à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, tema caro à agenda de política externa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A economia mundial favoreceu os mandatos do presidente Lula ao permitir o superávit nas transações externas, crescimento do PIB e distribuição de renda, fatos que tiveram projeção também na agenda externa que sempre afirmou seu caráter humanista e social. Isto favoreceu o ativismo diplomático de Lula e o prestígio internacional do presidente. A crise de 2008, entretanto, mudou o cenário favorável e trouxe maiores dificuldades ao país. Seus impactos imediatos podem ser vistos na subida do tom do discurso da oposição em relação às opções políticas do governo, incluindo especialmente a agenda externa. A cobrança em relação a um acordo de livre comércio com os Estados Unidos aumentou, bem como as críticas aos custos do acordo regional do Mercosul, que teria paralisado negociações de interesse do Brasil. Apesar desse cenário e de um menor ativismo por parte da presidente Dilma Roussef, seu mandato foi marcado pela continuidade da agenda externa.

Depois da crise, imaginou-se que o ideário neoliberal perderia espaço como consequência lógica da notória desorganização financeira que gerou bolhas especulativas e a ruína do sistema. Nunca foi tão clara a necessidade dos Estados nacionais e de regulações. Mas as intervenções estatais somente aconteceram para a salvação das instituições financeiras em bancarrota. No

geral, o neoliberalismo manteve-se íntegro como sistema de ideias hegemônico a orientar os sistemas nacionais e internacional. É claro que com vantagens para os Estados Unidos, que pode lançar mão da emissão da moeda de troca internacional. Por outro lado, os custos para os países da Zona do Euro têm sido enormes, embora não para o seu núcleo ou centro industrial e financeiro, a Alemanha. Nesse sentido, as regras e normas dos mecanismos de governança seguem sendo as da abertura, desregulamentação e disciplina fiscal para os países. E apenas os países que mantiveram seus instrumentos monetários e de controle livres de cláusulas de tratados internacionais podem atuar na proteção de suas economias e na aplicação de medidas anticíclicas. É o caso do Brasil, mas o custo político e mesmo econômico tem sido alto.

Em razão da alta liquidez do mercado internacional de dólares, a diplomacia brasileira, sob o comando do ministro Antonio Patriota, atuou na OMC denunciando as vantagens norte-americanas na arbitragem cambial e o prejuízo dos países exportadores. Trata-se de uma iniciativa cujo sentido é preservar, nas discussões multilaterais, o antigo objetivo do desenvolvimento e fortalecer a posição do Brasil (PATRIOTA, 2013).

Se as crises dos anos de 1990, mencionadas anteriormente, produziram efeitos políticos sensíveis na América Latina, permitindo a ascensão de governos de esquerda e o fortalecimento da integração a partir de um projeto político comum de desenvolvimento e fortalecimento da região nas negociações internacionais, a crise de 2008 teve impactos também profundos em toda parte. A conjuntura política internacional, entretanto, com a chamada guerra ao terror e a desestabilização de inúmeros países, agrava a crise das Nações Unidas e a crença de que o organismo e seu Conselho de Segurança possam, de fato, levar à consecução os objetivos do desenvolvimento e da paz. Nesse vazio que se verifica no sistema internacional, somado à agressiva postura intervencionista norte-americana, parece inevitável que as nações desejem um novo concerto e busquem instrumentos novos de associação visando à consolidação de um sistema multipolar (KOCHER, 2011).

É nessa perspectiva que se pode compreender o fortalecimento da associação dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)⁴, empreendimento que veio se somar às alternativas de relações comerciais e de cooperação que o Brasil desenvolveu nos últimos três governos. Desde 2009, ano da primeira cúpula de presidentes, os BRICS produziram acordo em dois eixos fundamentais. O primeiro é o da necessidade de reforma de instituições internacionais e de seus mecanismos tanto políticos e destinados à resolução de conflitos quanto econômicos. O segundo eixo é o da ampliação da cooperação em diversas áreas, para o quê é necessário que sejam criados mecanismos institucionais.

A cooperação financeira é o destaque recente entre os projetos do consórcio. Na VI Cúpula, realizada em Fortaleza, em 2014, foi criado o Novo Banco de Desenvolvimento com

⁴ Reunido, a partir de 2009, em cúpulas com os presidentes de Brasil, Rússia, China e Índia, o consórcio ganhou a adesão da África do Sul em 2011. O termo BRICS foi cunhado pelo economista-chefe do banco Goldman Sachs, Jim O'Neil, em 2001, que pretendia construir uma projeção de longo alcance da economia mundial para seus investidores. Sobre a relação entre as formulações do agente do mercado financeiro e a descoberta de interesses comuns por parte dos países em foco e do expressivo potencial do grupo para intervenção no cenário internacional, ver Kocher, em "Os BRICS no governo Lula" (2001, p. 165-167). As informações atualizadas sobre as áreas de cooperação e compromissos nos fóruns multilaterais podem ser consultadas no site do Itamaraty (http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/sobre-o-brics/informacao-sobre-o-brics).

o objetivo de financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outros países em desenvolvimento, com capital inicial subscrito de 50 bilhões de dólares. Também foi concluído o acordo de criação de um fundo de estabilização com montante de 100 bilhões de dólares para ser usado pelos BRICS em conjunturas de crises financeiras, o Arranjo Contingente de Reservas (CRA). Esses acordos têm um significado amplo que está além do recurso prático a mecanismos de financiamento e socorro financeiro. Uma vez implementados, eles podem vir a constituir alternativas ao FMI e ao Banco Mundial, que hoje desempenham o mesmo papel e que são amplamente dominados pelo G7, sem atenderem aos objetivos do desenvolvimento que interessam aos países do consórcio. Nesse sentido, poderão representar uma nova base financeira para o desenvolvimento, a maior autonomia das economias dos BRICS e ampliar o poder político do conjunto dos países do grupo.

A importância estratégica dessas iniciativas é enorme, mas seus resultados são, por ora, difíceis de avaliar. Eles dependem da manutenção da agenda e, portanto, das disputas de poder em cada país, de acordo com as conjunturas econômicas e políticas locais. Também devem sofrer impactos de pressões externas, tanto no campo da economia quanto no político. Por isso, a visão de mundo ou a base ideológica que sustenta o projeto estratégico de associação dos países do BRICS precisam ser robustas, amplamente compartilhadas, debatidas e estabelecidas como projeto político nacional, pelo menos enquanto os instrumentos de poder político dos povos estiverem instituídos nos Estados nacionais. A consecução dos objetivos de cooperação financeira, tal como foram propostos na Cúpula de Fortaleza, representa um passo extraordinário na direção da multipolarização e da democratização das relações internacionais, objetivo que fundamenta a agenda externa do Brasil e de outros países em desenvolvimento.

5 Considerações finais

Neste breve panorama das relações internacionais, foi possível destacar a construção de uma agenda de política externa brasileira que remonta à tradição desenvolvimentista e foi atualizada após as crises econômicas e financeiras desencadeadas pela desregulamentação de mercados ocorrida a partir dos anos de 1990. A consciência do fracasso da nova ordem pós-Guerra Fria em permitir as condições necessárias ao desenvolvimento dos países periféricos tem sido um importante motor para o desenvolvimento de formas de cooperação que ampliem a capacidade econômica dos países e, como consequência, sua autonomia e poder para influírem nas negociações internacionais. Essa perspectiva que anima o Brasil na atual fase de sua política externa é percebida em muitos outros países que desejam a democratização das relações internacionais e rejeitam a ordem unipolar desejada e imposta pelos Estados Unidos por meios políticos e econômicos, institucionais ou informais, e até por meio de intervenções militares ao arripio do Conselho de Segurança da ONU. E não é de admirar que a busca por uma ordem multipolar seja objetivo estratégico da UE, da Índia, da China, da Rússia, do bloco da UNASUL, sem falar de países da África e do Oriente Médio sobre os quais pesados custos da ordem mundial recaem.

No Brasil, os objetivos estratégicos estabelecidos como fundamentos para a construção de uma ordem multipolar são o fortalecimento econômico e político da região sul-americana

a ser alcançado por meio da integração, e a diversificação das relações de cooperação com os países em desenvolvimento. O cenário internacional, altamente competitivo e conflituoso, favoreceu a formação de blocos e de acordos de cooperação na medida em que os países em desenvolvimento se ressentem da insuficiência dos mecanismos de governança global, hoje disponíveis para garantirem desenvolvimento, prosperidade e segurança para o conjunto das nações. De outro lado, a fraqueza da ONU, sobretudo de sua assembleia como instituição representativa, e o caos político resultante de intervenções militares dos Estados Unidos em algumas regiões do mundo traduzem a incapacidade da potência para exercer a hegemonia e seu fracasso abre brechas para a ascensão de potências regionais que tendem a perseguir um papel de maior relevância nas relações internacionais. Isso permite ao Brasil desenvolver uma visão estratégica de desenvolvimento que aposta na multipolaridade e no fortalecimento dos países em desenvolvimento, o que vem fundamentando a política externa dos governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Referências

- ALMEIDA, Paulo Roberto. *Os primeiros anos do século XXI. O Brasil e as relações internacionais contemporâneas*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
- _____; SILVER, Beverly J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto/UFRJ, 2001.
- AYERBE, Luis Fernando. *Neoliberalismo e política externa na América Latina*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. *Formação do império americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BARRETO, Fernando Mello. *A política externa após a redemocratização*. Brasília: FUNAG, 2012.
- CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antonio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Revista brasileira de Política Externa*. v. 57, n. 2, Brasília, jul./dez. 2014.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHURCHILL, Winston. *Memórias da Segunda Guerra Mundial*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá*. Tradução de Ane Lize Spaltemberg de S. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

FERGUSON, Niall. *Colosso*. Ascensão e queda do império americano. Tradução de Musa Cavallari. São Paulo: Planeta, 2011.

GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. Tradução de Glauber Vieira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

GONÇALVES, Williams. Panorama da Política Externa Brasileira no governo Lula da Silva. In: FREIXO, Adriano et alli (Org.) *A política externa brasileira na era Lula: um balanço*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia*. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: editora da Universidade UFRGS/ Contraponto, 1999.

_____. *Desafios Brasileiros na era de gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *O novo século*. Tradução de Cláudio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KHANNA, Parag. *O Segundo Mundo*. Impérios e influência na ordem global. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

KOCHER, Bernardo. Os BRICS no governo Lula. In: FREIXO, Adriano et alli (Org.) *A política externa brasileira na era Lula: um balanço*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

LAIDLER, Christiane. A crise da dívida e o Estado na América Latina. *Anais do XII Encontro Regional de História da ANPUH*, Rio de Janeiro, 2006.

LEITE, Patrícia Soares. *O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Janio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: <www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Coopera\unhbox\voidb@x\setbox\z@\hbox{c}\accent24c~ao_sul_sul.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2015.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 48, n. 1, p. 24-59, jun. 2005.

MRE. *Repertório de política externa: posições do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2007.

PATRIOTA, Antônio de Aguiar. *Política externa brasileira*. Artigos, discursos e entrevistas (2011/2012). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

SILVA, André Luiz Reis da. As transformações matriciais da política externa brasileira recente. *Meridiano 47*. v. 11, n. 120, Brasília, jul./ago. 2010, p.18-24.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Discurso do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse, no Congresso Nacional*. Brasília, Brasil, 01 jan. 2003.

Conexão Política, Teresina v. 3, n. 2, 69 – 84, ago./dez. 2014